



Cluster da Pedra Natural

RELATÓRIO E CONTAS
2010

Borba, Abril de 2011

INDICE

NOTA PRÉVIA	3
1. ANÁLISE GERAL.....	4
1.1. Actividades	4
1.2. Aspectos Financeiros.....	4
2. ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS	6
2.1. Animação da Parceria.....	6
2.2. Actividades para a Inovação e Competitividade do Cluster da Pedra Natural	7
2.3. Ponto de Situação do Plano de Acção	9
3. CONTAS	10
3.1. Balanço.....	10
3.1.1. Balanço Individual em 31/12/2010 e 31/12/2009.....	10
3.2. Demonstração de Resultados	11
3.2.1. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31/12/2010	11
3.2.2. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31/12/2010 e 31/12/2009	12
3.2.3. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período Findo em 31/12/2010	13
3.2.4. Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2009 ..	14
3.2.5. Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2010 ..	15
3.3. Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010.....	16
4. PARECERES	37

NOTA PRÉVIA

O Relatório de Actividades e Contas 2010 reflecte o 2ª ano de actividade efectiva da Associação.

Não sendo uma Associação Industrial, mas tendo uma actuação específica, como dinamizadora das actividades que dão corpo ao Cluster da Pedra Natural, este Relatório reflecte essa especificidade.

O Plano de Acção do Cluster da Pedra Natural materializa-se na realização dos Projectos Âncora e dos Projectos complementares, pelo que a sua prossecução influencia a actuação da Associação.

Embora os objectivos tivessem ficado aquém do esperado, em consequência dos atrasos ocorridos nas decisões de aprovação dos Projectos Âncora o que retardou todo o processo, ainda assim considera-se que o ano fica marcado positivamente tendo sido possível iniciar dois dos três Projectos Ancora e tendo sido conseguido um número razoável de Projectos Complementares.

A par disto, foi ainda possível realizar diversas actividades cruciais para a dinamização da Estratégia de Eficiência Colectiva e outras que potenciarão a sustentabilidade futura da Associação.

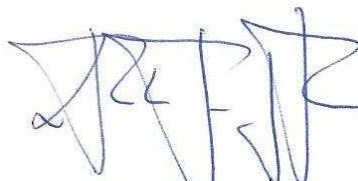
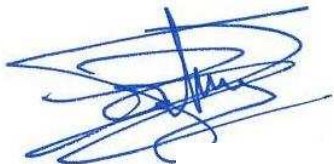
2010 foi o ano em que efectivamente se começou a perceber uma visão de conjunto, de cooperação, com claros indícios de motivação para a Inovação. Só este facto justificaria a avaliação positiva do ano.

Uma palavra para a perda inestimável para a VALORPEDRA, pelo falecimento do Eng.º Vitor Vasques, impulsor desta ideia e Presidente da Direcção. O seu exemplo irá perdurar em todos os que acreditam no Sector.

Não seria possível chegar aos resultados que a seguir se apresentam em detalhe, sem o envolvimento dos Associados e de todos aqueles, públicos e privados, que contribuíram para os mesmos. Para todos, o nosso reconhecimento e a convicção de que o caminho que está a ser trilhado é relevante e terá resultados positivos significativos para o Sector.

Borba, Abril de 2011

A Direcção



1. ANÁLISE GERAL

1.1. Actividades

No essencial as actividades preconizadas para 2010 foram cumpridas e a organização e funcionamento da Associação estão estabilizados.

O Acompanhamento, coordenação e Avaliação da Parceria, através de uma gestão adequada, utilizando metodologias que potenciam os resultados, está a decorrer positivamente, sendo de destacar o seguinte:

A VALORPEDRA assumiu a elaboração das Candidaturas dos Projectos Âncora e de outros Projectos que possam constituir-se como complementares, como forma de assegurar um envolvimento abrangente nestes Projectos, facilitando todo o processo de gestão.

A Avaliação externa está a decorrer através da contratação de um gabinete especializado e em constante articulação com a Associação.

Em termos de Animação da Parceria foram realizados um conjunto de actividades previstas em Plano e outras consideradas relevantes e de oportunidade.

Foram ainda disseminados conceitos para a Inovação e Competitividade. O ano fica ainda marcado por iniciativas que permitiram assegurar a estabilidade financeira da Associação.

1.2. Aspectos Financeiros

Comparativamente aos valores orçamentados para 2010 a Associação VALORPEDRA apresentou um crescimento de 59% relativamente à Prestação de Serviços e uma diminuição de 34 % relativamente aos Apoios Públicos.

O aumento da Prestação de Serviços foi originado pela adjudicação de um trabalho não previsto aquando da elaboração do plano e os Apoios Públicos ficaram aquém do previsto uma vez que

algumas das acções não foram ainda iniciadas, o que originou também uma descida dos Fornecimentos e Serviços Externos que apresentam um valor 72% abaixo do previsto.

No que diz respeito à **comparação com o ano de 2009**, a Prestação de Serviços apresenta um crescimento de 100% uma vez que no ano anterior a Associação não prestou qualquer serviço.

Os Apoios Públicos apresentam um valor muito próximo do realizado em 2009 embora este tenha sido um ano incompleto de actividade. Este facto deveu-se ao desenvolvimento das acções iniciais de concretização da Associação se terem realizado ainda em 2009.

Por esta razão se explica a diminuição de 68% verificada no valor dos Fornecimentos e Serviços Externos.

O valor dos Gastos com Pessoal é mais elevado no ano de 2010 (116%) uma vez que em 2009 a actividade só se iniciou em Maio.

O aumento de 39% nos rendimentos totais e por outro lado o aumento de 17% nos gastos totais, permitiu que o Resultado Líquido apresentasse um valor positivo no montante de 1.996,88€, superior ao valor apresentado em 2009.

Em face da natureza e actividade da Associação o seu equilíbrio financeiro está ligado à articulação directa com os associados em face da actividade destes no Cluster. Esta articulação existe e foi concretizada nos primeiros anos e irá manter-se nos próximos.

Para o Resultado Líquido apresentado, no valor de 1.996,88€, propõe-se a seguinte aplicação:

- a) A totalidade do valor 1.996,88€, seja transferida para a conta de Resultados Transitados.



2. ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS

O ano de 2010 fica marcado por um intenso trabalho ao nível de preparação de Candidaturas, o que levou a que algumas actividades planeadas não se pudessem concretizar. Este facto não influenciou negativamente o Relatório que aqui se apresenta, uma vez que esta opção da Associação tem demonstrado resultados eficazes em termos de Gestão do Cluster. A par disto, foram ainda realizadas outras actividades que se considere de relevância para a Associação e para o Cluster.

2.1. Animação da Parceria

Divulgação da Estratégia de Eficiência Colectiva, o seu programa de acção e os resultados esperados a obter com os vários projectos, através do Site www.ValorPedra.pt;

O Site sofreu uma reestruturação de forma a se tornar uma ferramenta de animação de toda a parceria e potenciar o alargamento da mesma.

Realização de 3 Seminários (Norte, Centro e Sul) de divulgação do Cluster da Pedra Natural, resultados esperados do Plano de Acção e de disseminação de conceitos/ resultados/práticas relevantes para os eixos temáticos base da EEC.

Não foram realizados os Seminários previstos, pelos seguintes motivos:

A elevada solicitação da participação da VALORPEDRA em Seminários e Eventos que permitiram divulgar o Cluster da Pedra Natural e o seu Plano de Acção levou a que não fosse oportuno realizar estes Seminários de divulgação.

Além da divulgação do Cluster da Pedra Natural, pretende-se com a realização destes seminários, a disseminação de resultados. O facto de não haver ainda resultados significativos dos projectos âncora levou a que não fosse oportuno a sua realização.

Participação sistemática na Comunicação Social, através da inserção de publicidade e/ou publicação de artigos.

Foram publicados artigos nas Revistas PEDRA, PORTUGAL MINERAL e ROCHAS e EQUIPAMENTOS.

Foi ainda possível participar num conjunto de eventos, não previstos em Plano de Actividades:

Conferência Internacional “Iniciativa Matérias-primas – rumo ao fornecimento seguro e à gestão sustentável dos recursos minerais e europeus”, uma iniciativa conjunta da ASSIMAGRA e LNEG. O Cluster foi promovido através de uma exposição e o plano de acção foi tema de uma comunicação no dia 23/02/2010. Esta conferência reuniu 117 participantes entre Empresas e Entidades Publicas e Privadas.

Seminário “Granito, uma Riqueza Natural”, de promoção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, com 2 comunicações: “O Cluster da Pedra Natural e as oportunidades para as Empresas” e “Oportunidades para as Empresas: Sistemas de Incentivos e Integração na Estratégia de Eficiência Colectiva”

Este Seminário decorreu em Penafiel, durante 2 dias em Novembro nas instalações da AEP e contou com a presença de cerca de 10 Empresas e outras Entidades.

Iniciou-se a partir deste Evento uma ligação mais estreita com a AEP, operacionalizada no envio de toda a informação divulgada pela VALORPEDRA aos seus Associados do Sector da Pedra Natural.

X Jornadas Técnicas da ANIET, que decorreram no dia 25 de Novembro, com a participação de cerca de 300 pessoas entre Empresas e Entidades relacionadas com o Sector da Pedra Natural.

A Associação VALORPEDRA proferiu uma Comunicação intitulada: “Cluster da Pedra Natural: Oportunidades de Internacionalização e Inovação para as Empresas”.

2.2. Actividades para a Inovação e Competitividade do Cluster da Pedra Natural

Congresso “GLOBAL STONE 2010” (www.globalstonecongress) em Alicante, Espanha que decorreu entre os dias 2 a 5 de Março. Este congresso é um Fórum Internacional de discussão e disseminação de tecnologia e ciência no ramo da Pedra Natural. No dia 3 de Março no Painel “Emerging Trends and Challenges in the Stone Processing Industry”, foi proferida uma comunicação intitulada Portuguese natural stone cluster – the secure base for the success of portuguese natural stone”. Estiveram presentes cerca de 200 congressistas de 14 países diferentes.

Workshop “Desenvolvimento sustentado da Inovação Empresarial”

A VALORPEDRA organizou conjuntamente com a COTEC e o CEVALOR uma Sessão de Trabalho de disseminação do conceito de Desenvolvimento Sustentado da Inovação Empresarial. O objectivo foi sensibilizar um conjunto de Empresas e com potencial de desenvolvimento de Inovação para a implementação de práticas que levem á Certificação de Sistemas de Gestão da Inovação.

Neste âmbito ainda, mas não previsto em Plano de Actividades, foi realizado um trabalho com o apoio da DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia e EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, de disseminação de conhecimento: **“Edição de Manuais de Informação Tecnológica”** e **“Edições OSNET – Ornamental Stones Network”**. O Objectivo foi compilar e harmonizar informação técnica e tecnológica que foi sendo produzida pelo CEVALOR de forma a editá-la e disponibilizar às Empresas do Cluster em 2011.

Não foi possível realizar as seguintes actividades, previstas em Plano, por disponibilidade de tempo e em favor de iniciativas que acabam por se entenderem prioritárias:

- Organização do Congresso Anual de Inovação e Competitividade:
- Volta a Portugal – Boas Práticas no Cluster da Pedra Natural.

Sendo certo que a evolução dos trabalhos e os resultados atingidos serão sempre objecto de ampla divulgação, a Valor Pedra continua a incentivar empresas e mais Agentes do Sector a participarem nas iniciativas do Cluster, quer pelo envolvimento nas actividades já definidas, quer propondo outras relevantes e enquadradas pelos critérios estabelecidos.

Esta é uma parceira aberta, dinâmica, que pretende envolver todos que procurem a mudança/inovação, assente no principio de cooperar para competir.

Isto tem vindo a acontecer, havendo já várias empresas que entenderam envolver os seus objectivos com o Cluster; importa reforçar esta mensagem e prosseguir este caminho.



2.3. Ponto de Situação do Plano de Acção

PROJECTOS ÂNCORA	DECISÃO	PONTO DE SITUAÇÃO	PARCEIROS/ CO-PROMOTORES
VALOR PEDRA CLUSTER DA PEDRA NATURAL			
1. Valorização da Pedra Natural Portuguesa: - Estratégia de Marketing e Comunicação Sectorial; - Certificação da Pedra Natural; - Denominação de Origem Controlada – DOC; - Certificação STONE PT; - Criação de novos produtos; - Concurso Design Industrial; - Campanha de Sensibilização a prescritores;	Aprovado pelo SIAC – Sistema de Incentivos a Acção Colectivas em Janeiro de 2010.	Actividades a decorrerem.	ANIET ASSIMAGRA CEVALOR ISEP LNEG UNIV. ÉVORA
2. Sustentabilidade Ambiental da Industria Extractiva - Exploração Sustentável de Recursos no Maciço Calcário Estremenho; - Cartografias temáticas dos recursos geológicos;	Aprovado na EEC e enquadrado em SIAC – Sistema de Incentivos a Acção Colectivas	Candidatado em Fevereiro 2011	ANIET ASSIMAGRA ICNB
3. Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural - Pedreiras e Extracção de Blocos; - Gestão e tratamento de chapas; - Transformação de chapas; - Armazenamento e manuseamento de peças cortadas; - Acabamento de peças; - Controlo de qualidade e Marcação CE; - Manutenção e restauro do Património Histórico em Pedra Natural; - Ambiente	Candidatado ao SI I&DT – Projecto Mobilizadores	Aprovado. A aguardar assinatura de contrato de financiamento	CEI INOCAM FRAVIZEL PRODIGINVENTA UNIV. ÉVORA CEVALOR SOLANCIS RAFAEIS MVC G. GALRÃO N. MOCASTONE PEDRANTIQUA PJS

PROJECTOS COMPLEMENTARES:

10 Projectos promovidos por Empresas e Associações, nas áreas de Inovação, Qualificação e Internacionalização.



[Handwritten signatures and initials]

3. CONTAS

3.1. BALANÇO

3.1.1. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2010 E 31/12/2009

Unidade monetária (€)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	9.108,22	7.901,94
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - Outros métodos			
Accionistas/Sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		9.108,22	7.901,94
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes	13	12.100,00	
Adiantamentos a fornecedores			3.637,14
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/Sócios			
Outras contas a receber	13	85.436,95	110.836,78
Diferimentos	16	541,71	514,25
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	18.948,30	6.843,15
		117.026,96	121.831,32
Total do ACTIVO		126.135,18	129.733,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	15.000,00	14.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		(8.695,01)	
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		1.996,88	(8.695,01)
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		8.301,87	5.304,99
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	4.779,50	78.415,91
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		19.062,50	3.288,81
Accionistas/Sócios	13	62,75	979,77
Financiamentos obtidos	8	37.500,00	20.000,00
Outras contas a pagar	13	16.498,07	11.597,29
Diferimentos		39.930,49	10.146,49
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		117.833,31	124.428,27
Total do Passivo		117.833,31	124.428,27
Total do Capital Próprio e do Passivo		126.135,18	129.733,26

[Handwritten signatures and initials]

3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

3.2.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.12.2010

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (€)	
			Períodos	
			Orçamentado	Realizado
Vendas e serviços prestados	+	6+9	20.700,00	50.000,00
Subsídios à exploração	+	10	94.044,82	70.146,73
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	16	(34.030,00)	(19.814,03)
Gastos com pessoal	-	14	(110.639,59)	(102.070,64)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	9	35.335,00	19.714,39
Outros gastos e perdas	-			(141,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		5.410,23	17.834,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(6.973,51)	(3.593,72)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(1.563,28)	14.241,08
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	8		(2.706,34)
Resultado antes de impostos	=		(1.563,28)	11.534,74
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12		(9.537,86)
Resultado líquido do período	=		(1.563,28)	1.996,88
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
	=		0,00	0,00
Resultado por acção básico				

3.2.2. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.12.2010 E 31.12.2009

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (€)	
			Períodos	
			2010	2009
Vendas e serviços prestados	+	6+9	50.000,00	
Subsídios à exploração	+	10	70.146,73	75.690,29
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	16	(19.814,03)	(61.708,25)
Gastos com pessoal	-	14	(102.070,64)	(47.182,24)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	9	19.714,39	25.000,00
Outros gastos e perdas	-		(141,65)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		17.834,80	(8.200,20)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(3.593,72)	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		14.241,08	(8.200,20)
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	8	(2.706,34)	(494,81)
Resultado antes de impostos	=		11.534,74	(8.695,01)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(9.537,86)	
Resultado líquido do período	=		1.996,88	(8.695,01)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
	=		0,00	0,00
Resultado por acção básico				

O TÉCNICO DE CONTAS

Helene Santos

A DIRECÇÃO

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

3.2.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31.12.2010

RUBRICAS			NOTAS	Unidade monetária (€)
				Períodos
				2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>				
Recebimentos de clientes		+		43.900,00
Pagamentos a fornecedores		-		(92.312,60)
Pagamentos ao pessoal		-		(100.791,03)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(149.203,63)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		0,00
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		41.131,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		(108.071,89)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-		(4.800,00)
Activos intangíveis		-		
Investimentos financeiros		-		
Outros activos		-		
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+		
Subsídios ao investimento		+		79.399,38
Juros e rendimentos similares		+		29.784,00
Dividendos		+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		104.383,38
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+		17.500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		1.000,00
Cobertura de prejuízos		+		
Doações		+		
Outras operações de Financiamento		+		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-		
Juros e gastos similares		-		(2.706,34)
Dividendos		-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		
Outras operações de financiamento		-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			15.793,66
<u>Variação de caixa e seus equivalentes</u>				
	(1)+(2)+(3)			12.105,15
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		6.843,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		18.948,30

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2.4. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009

Unidade monetária (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1													
3.2.5. ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	2													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											(8.695,01)	(8.695,01)	(8.695,01)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(8.695,01)	(8.695,01)	(8.695,01)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		14.000,00											14.000,00	14.000,00
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5	14.000,00											14.000,00	14.000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	14.000,00										(8.695,01)	5.304,99	5.304,99

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

Unidade monetária (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	14.000,00										(8.695,01)	5.304,99		5.304,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(8.695,01)				8.695,01			
	7							(8.695,01)				8.695,01			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											1.996,88	1.996,88		1.996,88
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											1.996,88	1.996,88		1.996,88
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		1.000,00											1.000,00		1.000,00
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10	1.000,00											1.000,00		1.000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	11=6+7+8+10	15.000,00						(8.695,01)				1.996,88	8.301,87		8.301,87

3.3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade

Associação Valor Pedra

1.2 - Sede

Sede na EN nº 4, km 158, em Borba

1.3 – NIPC

508976790

1.4 - Natureza da actividade

Foi criada em 2009, e tem por fim a implementação de iniciativas relacionadas com o cluster das pedras naturais que visem a inovação, a qualificação e a modernização das empresas do sector. A dinamização e promoção de todas as actividades que venham a ser definidas e aprovadas no âmbito do reconhecimento do cluster bem como a dinamização da transferência de conhecimentos e tecnologias para as empresas.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo SNC, de forma a serem comparáveis os dois anos em análise.

De referir que em 2009 a empresa apenas esteve em funcionamento 8 meses pelo que a comparabilidade fica comprometida.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras apresentadas e aprovadas pelo Associação Valor Pedra, foram elaboradas de acordo com os PCGA previstos no POC, aplicável à generalidade das empresas. Relativamente aos valores apresentados, para efeitos comparativos, para o período de 2009, o balanço e a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF.

2.4.1 - Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

A empresa apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, tendo na transição do POC para o SNC, procedido de acordo com o disposto nas NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF. Decorrente do

[Handwritten signatures and initials]

processo de transição apenas ocorreram situações de reclassificação sem alterações no capital próprio.

2.4.2 - Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

A reconciliação entre o capital próprio, de acordo com o POC e o SNC, em 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se da seguinte forma:

Reconciliação, reportada a 31.12.2009 (final do último período relatado segundo o anterior referencial contabilístico), entre (i) o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e (ii) o capital próprio segundo as NCRF, incluindo reconciliação entre (iii) o resultado relatado segundo o anterior referencial contabilístico relativo ao período 2009, e (iv) o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período		Activo	Capital próprio				Passivo	Total do capital próprio e do passivo
			Resultado de 2009	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Total do capital próprio		
Posição em 31.12.2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico		129,733.26	(8,695.01)		14,000.00	5,304.99	124,428.27	129,733.26
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...							
	...							
Alterações às políticas contabilísticas								
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade	...							
	...							
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF		129,733.26	(8,695.01)		14,000.00	5,304.99	124,428.27	129,733.26

2.4.3 - Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;

O resultado relatado segundo as NCRF não sofreu qualquer alteração face ao relatado segundo os PCGA anteriores.

2.4.4 - As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são as demonstrações financeiras apresentadas.

Não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura segundo as NCRF.

2.4.5 - Distinção, nas reconciliações das alíneas b) e c), entre correcção de erros cometidos segundo os PCGA Anteriores (se aplicável) e alterações às políticas contabilísticas.



A empresa não efectuou qualquer correcção de erros, nem alterou políticas contabilísticas relativas a períodos anteriores.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. Nas notas seguintes, são identificadas as bases de mensuração das rubricas presentes nas demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor e estimativas usadas no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Em suma, as políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável. Como tal foram reconhecidas imparidades em dívidas de clientes.

3.3 - Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de Dezembro de 2010, estão disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010			31.12.2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário						
	...						
	Subtotais						
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	18,948.30		18,948.30	6,843.15		6,843.15
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	18,948.30		18,948.30	6,843.15		6,843.15
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		18,948.30		18,948.30	6,843.15		6,843.15

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo.





5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não aplicável.

5.4 - Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

6 – PARTES RELACIONADAS

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, são apresentados no quadro que segue:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Transacções com as partes relacionadas		Período 2010		Período 2009	
		Donativo recebido	Subsidio Recebido	Prestação de Serviços	Compras
Empresa-mãe	...				
	Subtotais				
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...				
	Subtotais				
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	Cevalor	25,000.00		60,000.00	
	Subtotais	25,000.00		60,000.00	
Totais		25,000.00		60,000.00	

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2010				Período 2009			
		Saldos pendentes em 31.12.2010	Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade e reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2009	Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade e reconhecidos no período
		...	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do		Prestação serviços	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do	
Empresa-mãe	...								
	Subtotais								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...								
	Subtotais								
Subsidiárias	...								
	Subtotais								
Associadas	...								
	Subtotais								
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...								
	Subtotais								
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...								
	Subtotais								
Outras partes relacionadas	Cevalor					60,000.00			
	Subtotais					60,000.00			
Totais						60,000.00			

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis, não sendo de considerar quaisquer correcções e/ou ajustes derivados da aplicação de preços de transferência.

7 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 - Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

7.2 - Métodos de depreciação usados

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

7.3 - As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis						5 a 3		
Taxas de depreciação						20 a 33,33%		
Métodos de depreciação						Quotas constantes		

7.4 - Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2009	Quantias brutas escrituradas										
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
Adições							7,901.94				7,901.94
Revalorizações											
Transferências											
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Depreciações											
Perdas por imparidade											
Em 31/12/2009 (01/01/2010)	Quantias brutas escrituradas						7,901.94				7,901.94
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas						7,901.94				7,901.94
Adições							4,800.00				4,800.00
Revalorizações											
Transferências											
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Depreciações											
Perdas por imparidade											
Em 31/12/2010	Quantias brutas escrituradas						12,701.94				12,701.94
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						(3,593.72)				(3,593.72)
	Quantias líquidas escrituradas						9,108.22				9,108.22

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2009							
Reforços							
Reversões							
Revalorizações							
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)							
Reforços				(3,593.72)			(3,593.72)
Reversões							
Revalorizações							
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2010				(3,593.72)			(3,593.72)

7.5 - Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros activos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de activos fixos tangíveis como parte de gastos de outros activos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados				3,593.72			3,593.72
	Depreciações que integram o custo de outros activos							
Período 2009	Depreciações reconhecidas nos resultados							
	Depreciações que integram o custo de outros activos							

7.6- Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não existem activos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

8 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

8.1 - Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo razão pela qual a política contabilística adoptada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

8.2 - Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2010			31/12/2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<u>Empréstimos</u>						
Caja Duero	25,000.00		25,000.00	20,000.00		20,000.00
Caixa Geral de Depósitos	12,500.00		12,500.00			0.00
			0.00			0.00
Sub Total	37,500.00	0.00	37,500.00	20,000.00	0.00	20,000.00
<u>Descobertos Bancários</u>						
Caja Duero			0.00			
Caixa Geral de Depósitos			0.00			0.00
Sub Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<u>Locação Financeira</u>						
			0.00			0.00
						0.00
Sub Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<u>Outros</u>						
						0.00
Sub Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	37,500.00	0.00	37,500.00	20,000.00	0.00	20,000.00

8.3 – Outros

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2010	31/12/2009	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2010	31/12/2009
Juros Suportados	1,588.78	88.74	Juros Obtidos	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	1,117.56	406.07	Outros	0.00	0.00

9 – RÉDITO

9.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito



[Handwritten signatures and initials]

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação de serviços.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efectivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

9.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	50,000.00	35.75%				
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Subsídios à exploração	70,146.73	50.15%		75,690.29	75.17%	
Outros rendimentos e ganhos	19,714.39	14.10%	(21.14%)	25,000.00	24.83%	
Rendimentos suplementares						
Ganhos em inventários						
Rendimentos e ganhos em investimentos						
Correcções Relat. a períodos anter.	695.81	0.50%				
Imputação de subs. para o Investimento						
Outros não especificados	19,018.58	13.60%	(23.93%)	25,000.00	24.83%	
Totais	139,861.12	100.00%	38.90%	100,690.29	100.00%	

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO

10.1 - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

10.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos										
		Subtotais									
	Subsídios à exploração	Proj.Anim.,Coor. e Gestão do CPN	SIAC	IAPMEI	Anim., Coor. e Gestão CPN	Susídios à exploração	01/09/2009	31/08/2012	119,330.55	66,436.96	185,767.51
		Subtotais							119,330.55	66,436.96	185,767.51
Reembolsáveis		...									
		Subtotais									
Totais									119,330.55	66,436.96	185,767.51

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2010					Período 2009				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos))	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos))	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...										
		Subtotais										
	Subsídios relacionados com resultados	Proj.Anim.,Coor. e Gestão do CPN	70,146.73					75,690.29				
		Subtotais	70,146.73					75,690.29				
Reembolsáveis		...										
		Subtotais										
Totais			70,146.73					75,690.29				

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2011.

O Conselho Fiscal tem o poder de mandar alterar as demonstrações financeiras, caso existam distorções materialmente relevantes.

11.2 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efectuadas.

11.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

12 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a “imposto sobre o rendimento” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

12.1 – Devem ser divulgados separadamente Gasto (rendimento) por impostos correntes e gasto (rendimento) por impostos diferidos;

A Associação Valor Pedra é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, que está isenta de imposto sobre os lucros uma vez que não exerce, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola.

Apenas está sujeita aos rendimentos obtidos pela prestação de serviços, à taxa de 20% e a tributações autónomas à taxa 5% sobre os quilómetros efectuados em viatura própria.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa não procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O imposto sobre o rendimento foi calculado da seguinte forma:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos					Período 2010			
					Base	Imposto	Base	Taxa
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	-	44,000.00	20.00%	8,800.00
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-			
		Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	44,000.00	20.00%	8,800.00
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescer	...	4				
		A deduzir	...	5				
	Diferenças temporárias	A acrescer	...	6				
		A deduzir	...	7				
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		44,000.00	20.00%	8,800.00
Dedução de perdas fiscais				9				
Matéria colectável / colecta				10 = 8 - 9		44,000.00	20.00%	8,800.00
Benefícios fiscais por dedução à colecta			...	11				
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma	12		1,557.20	5.00%	77.86
			Derrama	12		44,000.00	1.50%	660.00
			...	12				
	Imposto corrente			3	13 = 10 - 11 + 12	89,557.20	10.65%	9,537.86
	Imposto diferido			Δ dos activos e	14			
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos			-	15			
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média				3	16 = 13 - 14 - 15	89,557.20	10.65%	9,537.86

12.2 - Cálculo do Imposto Diferido

Não aplicável

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

13.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2010			31.12.2009		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Activos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Cientes	12,100.00		12,100.00			
		Outras contas a receber	85,436.95		85,436.95	110,836.78		110,836.78
		Subtotais	97,536.95		97,536.95	110,836.78		110,836.78
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
	Totais		97,536.95		97,536.95	110,836.78		110,836.78
	Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados						
Subtotais								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		Fornecedores	4,779.50		4,779.50	78,415.91		78,415.91
		Accionistas	62.75		62.75	979.77		979.77
		Financiamentos obtidos	37,500.00		37,500.00	20,000.00		20,000.00
		Outras contas a pagar	16,498.07		16,498.07	11,597.29		11,597.29
		Subtotais	58,840.32		58,840.32	110,992.97		110,992.97
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade								
		Subtotais						
Totais		58,840.32		58,840.32	110,992.97		110,992.97	

13.3 - Indicação das quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização

Categorias dos títulos emitidas		Valor nominal dos títulos		
		Títulos emitidos		
		Inteira e pagos	Não pagos	Totais
31.12.2010	Títulos	15,000.00	0.00	15,000.00
	Totais	15,000.00	0.00	15,000.00
31.12.2009	Títulos	14,000.00	0.00	14,000.00
	Totais	14,000.00	0.00	14,000.00

14 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

14.1 – Número médio de empregados durante o ano.

O número médio de colaboradores no exercício foi de 3 funcionários.

14.2 – Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal discriminam-se da seguinte forma:

	VALOR (€)
Gastos com remunerações dos órgãos sociais	15.000,00
Gastos com remunerações dos restantes empregados	87.037,97
Outros gastos com o pessoal	32,67
	102.070,64

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

15.1 - Honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas (art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2010		Período 2009	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	3,000.00	3,000.00	750.00	750.00
Serviços de garantia de fiabilidade				
Consultoria fiscal				
Outros serviços				
Totais	3,000.00	3,000.00	750.00	750.00

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 - Discriminação dos credores por acréscimos de gastos

O valor desta rubrica está inserido no Balanço na linha Outras contas a pagar, e corresponde a:

	VALOR (€)
Férias e subsídio de férias a liquidar	9.518,32
Encargos com férias e subsídio férias	1.998,95
Juros	21,55
	11.539,32

16.2 – Diferimentos

Os diferimentos que a entidade reconheceu dizem respeito a gastos que correspondem a seguros que dizem respeito a períodos que se iniciam em 2010 e terminam em 2011; e a rendimentos que dizem respeito a subsídios a receber cujos gastos foram incorridos em 2010.

	VALOR (€)
Seguros	541,71
Subsídios	39.930,49
	39.388,78

16.3 - Dívidas ao estado e outros e entes públicos em situação de mora.

O saldo da rubrica de estado e outros entes públicos não apresenta dívidas que estejam em situação de mora.

16.4 - Relação da rubrica de Fornecimentos e serviços externos

RUBRICAS	VALOR (€)
Trabalhos especializados	7.855,30
Publicidade e propaganda	865,00
Honorários	9.000,00
Serviços Bancários	228,77
Combustíveis	57,00
Deslocações, estadas e transportes	1.642,27
Rendas e alugueres	72,00
Comunicação	24,00
Outros	69,69
	19.814,03

PARECERES

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do mandato que V. Exas., nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício, a actividade da **ASSOCIAÇÃO VALOR PEDRA**, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Associação foi constituída em Maio de 2009 e o arranque efectivo das suas actividades ocorreu apenas em Setembro. Tal como é descrito pela Direcção no seu Relatório, no ano de 2010 deu-se início a dois dos três Projectos Âncora e a diversas actividades cruciais para a dinamização da Estratégia de Eficiência Colectiva, para além de outras que potenciarão a sustentabilidade futura da Associação.

O Conselho Fiscal examinou os elementos que lhe foram facultados pela Direcção, nomeadamente o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010, documentos que permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, as Contas apresentadas respondem de forma adequada à nova realidade contabilística.

O Conselho Fiscal agradece à Direcção e aos seus colaboradores todo o apoio prestado na sua tarefa de fiscalização da actividade desenvolvida pela Associação durante o ano de 2010.

PARECER

Neste contexto o Conselho Fiscal é de parecer que:

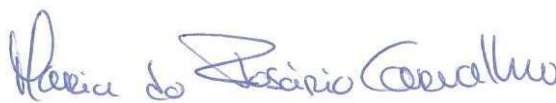
1. Sejam aprovados o Relatório e Demonstrações Financeiras apresentados pela Direcção, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do mesmo relatório.
3. Em consonância com a Direcção, manifestamos o nosso pesar pelo falecimento do Eng. Vítor Vasques.

Borba, 8 de Abril de 2011

Presidente

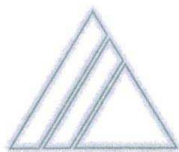


Mário Jorge Ferreira Guedes (Presidente)



L.Graça, R.Carvalho & M.Borges, SROC,Lda.

Representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (Vogal) (ROC n.º 658)



L. GRAÇA, R. CARVALHO &
M. BORGES, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Associação Valor Pedra, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 126.135,18 € e um total de capital próprio de 8.301,87 €, incluindo um resultado líquido de 1.996,88 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data (que releva uma variação de caixa e seus equivalentes de 12.105,15 €), e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, as variações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Associação Valor Pedra, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação contante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Borba, 8 de Abril de 2011

L. Graça, R. Carvalho & M. Borges, SROC, Lda
representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (R.O.C. n.º 658)

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 177
Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. • 7005-841 ÉVORA
E-mail: mrmcarvalho@mail.telepac.pt

Contribuinte n.º 505 778 530 • Capital Social: € 5250 • Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 505 778 530